

## **Serviço Social na contemporaneidade: os desafios da formação e do exercício profissional em tempos de crise econômica e sanitária**

Fabírcia Cristina de Castro Maciel<sup>1</sup>

Eliana Bolorino Canteiro Martins<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo tem como objetivo analisar as dimensões da formação e do exercício profissional da/o Assistente Social no contexto contemporâneo, trazendo reflexões construídas a partir da tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Campus de Franca/SP (Brasil), intitulada: “A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira”, que propôs refletir e problematizar aspectos da formação em Serviço Social realizada por meio das estratégias de Ensino a Distância (EaD). Este ensaio teórico traz alguns indicativos referentes a reorganização do capital para escamotear a sua crise (estrutural) tendo como premissa a centralidade do trabalho como dimensão da vida humana e social e os desdobramentos na formação e no trabalho da/o assistente social. Procura ainda aproximações para compreender os desafios da formação e do exercício profissional em tempos de crise econômica e sanitária.

**Palavras-chave:** formação profissional; Serviço Social; Ensino a Distância; crise econômica e sanitária.

### **Social Service in contemporary times: the challenges of training and professional practice in times of economic and health crisis**

### **Abstract**

The article aims to analyze the dimensions of training and professional practice of the social worker in the contemporary context, bringing reflections built from the doctoral thesis presented at the Graduate Program in Social Work UNESP/Campus of Franca/SP (Brazil), entitled: “The professional formation in Social Work through Distance Education: a historical-critical analysis based on the reality of Minas Gerais”, which proposed to reflect on and problematize aspects of the formation in Social Service carried out through distance learning strategies (EaD). This theoretical essay brings some indications about the reorganization of capital to hide its (structural) crisis, having as a

---

<sup>1</sup> Doutora pela Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/Franca, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3001-5276>.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/Franca; Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7796-8437>.

premise the centrality of work as a dimension of human and social life and the unfoldings in the social worker's training and work. It also seeks approaches to understanding the challenges of training and professional practice in times of economic and sanitary crisis.

**Keywords:** professional training; Social Work; distance learning; economic and sanitary crisis.

## **Introdução**

O artigo que se apresenta tem por objetivo analisar as dimensões da formação e do exercício profissional em Serviço Social na contemporaneidade e procura contextualizar o trabalho profissional das/os assistentes sociais inseridos, principalmente, na execução das políticas sociais, bem como destaca suas bases constitutivas, seus fundamentos, sua legitimidade e funcionalidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e abordagem metodologia de tipo bibliográfico, a partir do enquadramento teórico circunscrito ao materialismo-histórico e dialético.

A profissão Serviço Social é forjada sob as marcas da contradição entre o seu contributo para a reprodução do capital, através do Estado (principalmente via os sistemas de proteção social) e das demandas e lutas da classe trabalhadora por direitos, em suas diversas frações, na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, sob as particularidades determinadas pelas formações sócio-históricas das sociedades.

No atual contexto da sociedade do capital financeirizado, cujo Estado configura-se como neoliberal, assenta-se o agravamento da crise econômica deflagrada pela crise sanitária, decorrente da pandemia da Covid-19, ampliando os inúmeros desafios e riscos que se espraiam em todas as dimensões da vida social e que se impõem à formação e ao exercício profissional dos/as assistentes sociais. Deste modo, é incontornável a necessidade de alargarmos nossas reflexões sobre o objeto de intervenção da profissão – *a questão social*, e sobre sua *função social*, tendo em vista um projeto de formação profissional e um projeto ético-político para o exercício profissional da categoria.

## **A profissão na divisão sociotécnica do trabalho: as bases constitutivas de sua fundação, legitimidade e funcionalidade**

Para analisarmos a profissão do Serviço Social e o seu lugar na divisão sociotécnica do trabalho, identificamos em que tempo histórico ela surge e em que

condições, a partir das categorias teóricas do método materialista histórico-dialético: totalidade, contradição, mediação. Portanto, a forma e as condições como os países se posicionam na ordem global, suas dinâmicas internas de estruturação do Estado e de relação com as classes sociais são determinantes para a compreensão de institucionalização do Serviço Social.

Adotamos o posicionamento sobre natureza desta profissão, alinhadas ao conjunto de teóricos que a concebem a partir da perspectiva histórico-crítica, ao argumentarem que o Serviço Social surge e legitima-se no contexto do capitalismo monopolista, em que o Estado passa a “assumir a responsabilidade” pelas respostas às expressões da “*questão social*”, a considerar a nova dinâmica na organização das forças produtivas e na divisão internacional do trabalho.

Num cenário de crise económica que se alastra desde os finais do século XIX (1870) e estende-se até 1929, o capitalismo cria estratégia global para enfrentar suas consequências e, ao mesmo tempo, para aumentar a acumulação de capital. Nesta esteira, a hegemonia liberal-capitalista decide ampliar o *Estado* em função mais especificamente do assombro decorrente da Revolução de Outubro. Também, por um lado, devido aos efeitos da “Grande Depressão” com a elevação dos conflitos em função do desemprego, das precárias condições de trabalho, da queda do salário real e; por outro, para frear o aumento da organização popular, especialmente a sindical. E “Dentro desse contexto de conflitos institucionalizados surgem as políticas sociais como instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (Montaño, 2007, p. 39).

No contexto das intercorrências dos processos económicos, sociopolíticos e teórico-culturais da ordem liberal-capitalista, no transito do capitalismo concorrencial para o monopolista que se estabelecem as condições históricas para a emergência da profissão do Serviço Social, primeiro na Europa, e depois nos países de economia periférica, como os da América Latina. É no e através do Estado (prioritariamente), que a/o profissional de Serviço Social, enquanto ‘executor terminal’ das políticas sociais, reproduz sua *força de trabalho* e contribui para a reprodução geral do capital, em suas formas de dominação e opressão. Profissão esta requerida como especialidade da divisão sociotécnica do trabalho, na forma assalariada, para responder as estratégias de dominação da burguesia monopolista no enfrentamento das expressões cotidianas da “*questão social*” que emerge da diferenciação e conflito de classes (Almeida, 1996).

O projeto político hegemónico que viabilizou a génese e desenvolvimento do Serviço Social, o fez, por um lado, com vistas na sua contribuição para manter a reprodução e acumulação da classe dominante. Por outro lado, buscou responder, através do Estado (legitimador dos interesses liberal-capitalistas), ao conjunto das demandas, pressões e lutas por serviços e direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora. Assim, a *natureza e funcionalidade* do Serviço Social se situam no campo *político-económico* e sua *função social* está intrinsecamente vinculada a legitimação da ordem capitalista, na medida que o Estado compromete-se, ainda que precariamente, pelas respostas quanto as refrações da “*questão social*”, mediante as políticas sociais (Montaño, 2007).

No movimento histórico, o Serviço Social mostra diferenças essenciais entre sua emergência e seu desenvolvimento profissional, intelectual e político, em que se mesclam tendências conservadoras-tradicionistas e progressista-revolucionárias. Uma experiência significativa a ser retratada no campo progressista é o *Movimento de Reconceituação*<sup>3</sup> da América Latina; e também o Serviço Social Radical em outras partes do mundo. No entanto, mesmo diante da rigorosa crítica desenvolvida ao Serviço Social conservador, estes movimentos não romperam com sua tradição e fundamento, sendo considerado pelos teóricos críticos da área, como uma “*intenção de rutura*”. Convive-se, deste modo, com uma modernização da profissão, ao mesmo tempo em que permanecem os traços conservadores. Entretanto, é indispensável salientar que esta profissão acumulou uma massa crítica intelectual, aprimorando não somente uma produção de conhecimento própria sobre a realidade social e a prática profissional, mas apresentando elementos de interlocução no debate das ciências sociais e nas diversas áreas de intervenção.

A sumarizar, é crucial o desvelar das determinações para o surgimento do Serviço Social enquanto profissão inserida nos processos e modos de organização social cuja finalidade precípua é responder às necessidades do sistema do capital. A partir deste pressuposto sustentamos a importância de identificar os inúmeros desafios e contradições que perpassam a formação e exercício profissional em Serviço Social, desde a sua génese aos dias atuais, reconhecendo a *funcionalidade* da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, frente as expressões da *questão social*; bem como, sua *legitimidade* diante “[...]”

---

<sup>3</sup> O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2010, p. 205) “[...] é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideológicos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”. Ver mais: Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64 (Paulo Netto, 2005).

do fato de certas necessidades sociais serem reconhecidas, transformadas em demandas e respondidas por determinadas instituições e organizações, as que empregam os profissionais para estudar e/ou intervir nessas realidades” (Montaño, 2007, p. 47).

### **A formação e o exercício profissional do Serviço Social no contexto neoliberal e as mediações das políticas sociais**

A examinar a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, entendemos que a problematização sobre o desafio da *formação* da/o assistente social deve perpassar pela compreensão *do trabalho*, em sua nova morfologia a partir do processo da *reestruturação produtiva*, localizando o “lugar” desta/e profissional e suas atribuições, inseridas no trabalho coletivo em diversificados espaços sociocupacionais. Portanto, é necessário reconhecer a formação profissional como parte constitutiva e inerente ao exercício profissional, que exige o aprimorar das competências reflexivas e abstrações da realidade social; bem como das habilidades técnicas, metodológicas e ético-políticas. A formação permanente deve estar comprometida em desvelar os dilemas do mundo do trabalho, das contradições de classe e dos seus efeitos, e das especificidades do trabalho da/o assistente social - enquanto trabalho concreto, útil, intelectual e coletivo.

Com a *reestruturação produtiva* ensejada frente à crise de lucratividade do capital a partir dos anos de 1970 instaura-se um novo modelo que tem como principais características as tecnologias de automação programável, os conjuntos complexos de inovações organizacionais, com novos modelos participativos de organização do trabalho e novos métodos de controle de fluxos de informações (*just-in-time*). Este projeto sustenta-se num aparato económico e político do Estado de configuração neoliberal,<sup>4</sup> cujos princípios reafirmam a economia de mercado financeirizado, a desproteção e baixa incidência de garantias sociais, e uma cultura que subordina a 'liberdade política' à 'liberdade económica'.

O Estado sob o imperativo do neoliberalismo, ao regulamentar e implementar as políticas sociais, entendidas como campo privilegiado de intervenção profissional do Serviço Social, requisita a *força de trabalho* da/o assistente social com o intuito de intermediar as demandas da população e o acesso aos serviços sociais. O enfrentamento das distensões das classes (ou das refrações da *questão social*) realiza-se na correlação de

---

<sup>4</sup> Sob um *modelo gerencial do Estado* caracterizado principalmente pela “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” da coisa pública (Paulo Netto, 2005).

forças entre os interesses dos blocos que se hegemonomizam no poder e os mecanismos de resistência e lutas por garantias sociais no campo do trabalho.

Nos limites deste texto, cabe explicitarmos o novo padrão de “*acumulação flexível de capital*”, a descortinar as limitações e exigências do mundo do trabalho impostas à/ao profissional do Serviço Social, a contribuir com a manutenção do processo social de reprodução da vida e, paradoxalmente, de dominação política e social. Diante disso, é intransigente que este trabalhador coletivo, que consideramos assumir uma natureza *interventiva*, *educativa* e também *intelectual* aproprie-se de uma formação crítica, competente, sedimentada em fundamentos histórico, teóricos, metodológicos e ético-político compatíveis com as contradições e com o conjunto de exigentes desafios que se colocam a uma *nova sociabilidade* mundial, cuja a primazia seja o *Ser Social* e o compromisso ambiental em detrimento da acumulação de capital.

### **A direção da formação e do exercício profissional na defesa de um projeto ético-político orientado para uma nova sociabilidade: a experiência brasileira**

A formação e profissão do Serviço Social é socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, que definem uma direção social à prática profissional, mas também é produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente (Iamamoto, 2003). Portanto, o adensamento teórico e a maturação intelectual construído pela categoria ao longo dos anos levou a possibilidade de revisões teóricas e práticas do Serviço Social brasileiro, como o já citado o *Movimento de Reconceituação*. Considerado como uma marca fulcral, estimulado por uma *vanguarda intelectual* e adensada por significativa representatividade coletiva da categoria.

A relevante experiência da categoria profissional das/os assistentes sociais brasileiras/os, que desde o final da década de 1960, procurou construir um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora, cuja fundamentação teórico-crítica sustenta a “[...] compreensão da realidade social, em toda a sua complexidade e contradição, tal como ela é, e não como se apresenta em suas manifestações mais simples e imediatas” (CFESS, 2012, p. 30). Conforme apresenta Boschetti, este decurso teve um marco no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, denominado *Congresso da Virada* (CFESS, 2012, p. 13), seguido de uma década extremamente fecunda na definição de novos rumos para o Serviço Social brasileiro, tanto na formação quanto no exercício profissional. Desencadeia-se a reestruturação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS); a revisão do currículo dos cursos de

graduação em Serviço Social de 1982; e a reorganização do Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social, denominados ‘conjunto CFESS/CRESS’, que passam a assumir um papel determinante para a profissão e fora dela, de acordo com Boschetti (CFESS, 2012): nas lutas pela redemocratização, no reconhecimento do trabalho como fundante da vida, na defesa dos direitos como mediação pela emancipação humana e não como o fim último da sociedade burguesa. Desdobra-se a construção dos princípios, diretrizes e fundamentos norteadores da profissão, materializados no Código de Ética Profissional de 1986 e reatualizando em 1993 e na atual Lei que regulamenta a profissão - Lei 8.662/93. Para Yamamoto o grande desafio apresentado naquela época já era o de

[...] transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (Yamamoto, 2003, p.52).

A direção do projeto de formação profissional em Serviço Social ao longo dos anos tem estabelecido suas bases teóricas, éticas e políticas face às exigências da contemporaneidade, mas também da qualidade da formação. Uma importante advertência de Yamamoto (2003) já se colocava nos anos de 1980, a saber, a necessidade de uma fundamentação que contemple e articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e que seja capaz de ultrapassar o teorismo, o militância e o tecnicismo. É essencial à formação e ao exercício profissional das/os assistentes sociais a *unidade* entre a *investigação e intervenção* da e na realidade social, orientada por um arcabouço histórico-crítico que considere as categoria-teóricas como: *totalidade, particularidade e singularidade*. E é com este alinhamento que foi estruturada a proposta curricular apresentada ao MEC em 1996 pela ABESS,<sup>5</sup> a partir da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982.

Em tal proposta encontram-se as *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social brasileiro*, contendo os *pressupostos norteadores* da formação profissional, seus *princípios e diretrizes curriculares*, e a lógica que ancora a concepção de ensino e aprendizagem alicerçada na dinâmica da vida social. Deste modo, apresentam-se os *Núcleos de Fundamentação* constitutivos da formação profissional considerados como um conjunto de conhecimentos indissociáveis, cujas dimensões interventiva e

---

<sup>5</sup> Já denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

investigativa se apresentam imbricadas, a saber, Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; do trabalho profissional (ABEPSS, 1996). De acordo com tal documento, as áreas de conhecimentos necessárias à formação profissional são expressas através de *componentes curriculares*, tais como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas e laboratórios, atividades complementares e nas atividades definidas como indispensáveis - Estágio Curricular e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Entende-se que esta direção é imprescindível à/ao profissional de Serviço Social para uma formação intelectual e cultural, com competência técnica e científica ao desenvolvimento de suas funções nos diversos espaços sociocupacionais. Uma vez que a profissão exige um nível de abstração da realidade social que possa comportar tanto a compreensão sobre o exercício profissional da categoria, quanto à ótica dos sujeitos a quem se dirige a intervenção profissional (Iamamoto, 2007).

### **Considerações finais**

Como observamos, o processo formativo e o exercício profissional desta categoria “[...] requerem um suporte teórico que assegure a fundamentação da concepção ética e dos valores ético-políticos, dando sustentação ao conjunto de suas prescrições” (Barroco, Terra, 2012, p. 53). Por sua vez, como destaca Yamamoto, cabe-nos a devida atenção quanto ao “[...] cultivo do renascimento do pensamento conservador travestido de atualidade sob o crivo da pós-modernidade” (Iamamoto, 2007, p. 42). É também responsabilidade da categoria profissional identificar a possível precarização do ensino subordinada às imposições do mercado de trabalho e seus processos de sujeição, alienação, massificação e despolitização do e no cotidiano. Sob a ideologia neoliberal, a expansão do neoconservadorismo na formação e nos processos de trabalho é marcada também pelo imediatismo, tarefismo, práticas fragmentadas e funcionais, voluntarismo alimentando a tendência à mistificação e ocultação das contradições de classes.

Portanto somos convidados a problematizar sobre os aspectos que perpassam tanto o campo prático-teórico, quanto as dimensões político-ideológicas da educação em geral e dos processos de ensino específicos ao Serviço Social, que impactarão no exercício profissional, tais como: a flexibilização e o aligeiramento da formação; a diversidade de modelos formativos a mascarar a precarização do ensino; o esvaziamento dos conteúdos filosóficos e sociológicos que sustentam a formação crítica; o distanciamento de uma direção social estratégica e crítica; a restrição e desencorajamento do pensamento

politicamente enraizados em princípios anticapitalistas; a desvinculação a um projeto societário que coaduna com os interesses da classe trabalhadora; e, a imposição da pandemia pelo Covid-19 de implementação do Ensino Remoto Emergencial sem as condições objetivas e subjetivas adequadas.

Torna-se imperativo acumularmos bases de fundamentação científica para confrontarmos e resistir as ofensivas do modelo imposto pelo capital, reivindicando o exercício da *relativa autonomia* da/o assistente social na condução de um projeto profissional direcionado à intencionalidade de contribuir para a construção de uma ordem societária sem dominação de classe, etnia, gênero e quaisquer formas de exploração e violação de direitos. Neste contexto de mundialização do sistema do capital e de sua produção da mercantilização universal, do culto ao individualismo, da flexibilização das relações e das leis trabalhistas, da desproteção diante da gravíssima crise sanitária e econômica e todos os desdobramentos que ainda iremos verificar, a/o profissional do Serviço Social situa-se nas complexas encruzilhadas, seja nos diversos espaços sociocupacionais afeitos ao exercício profissional no terreno, na gestão, na docência, a criar estratégias para tecer respostas coletivas às expressões da *questão social*.

## **Referências Bibliográficas**

- ABEPSS (1996). Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social: Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. ABEPSS.
- ALMEIDA, Ney Luiz T. (1996). Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. No. 52, p. 24–47.
- BARROCO, Maria Lúcia & TERRA, Sylvia Helena (2012). Código de Ética do/a assistente social comentado. São Paulo: Cortez.
- CFESS (2012). Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada. Brasília: CFESS.
- IAMAMOTO, Marilda V. (2003). O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6ª. São Paulo: Cortez.
- IAMAMOTO, Marilda V. (2007). Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez.
- MONTAÑO, Carlos (2007). A natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez.
- PAULO NETTO, José (2005). Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social

no Brasil pós – 64. 8ª. São Paulo: Cortez.  
PAULO NETTO, José (2010). Uma face contemporânea da barbárie. 2010. P. 1–41.  
[http:// www.unirio.br/unirio/unirio/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/politica-social-ii/uma-face-contemporanea-da-barbarie-netto-j.p/view](http://www.unirio.br/unirio/unirio/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/politica-social-ii/uma-face-contemporanea-da-barbarie-netto-j.p/view).